

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.916 - SP (2019/0225981-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : JEFFERSON BARRETO DO NASCIMENTO
ADVOGADO : BRUNO AUGUSTO SAMPAIO FUGA E OUTRO(S) - SP352413
AGRAVADO : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT
SA
ADVOGADOS : EDUARDO COSTA BERTHOLDO - SP115765
CLEBER MAGNOLER - SP181462
THIAGO MARQUES DOMINGUES - SP241872

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial manejado em face de acórdão assim ementado:

SEGURO OBRIGATÓRIO. COBRANÇA. DPVAT. 1. A parcial procedência do pedido formulado na inicial configura a sucumbência recíproca. 2. Para a fixação da verba honorária cabe ao juiz observar o caso concreto. Sentença mantida. Recurso desprovido.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 182/186).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação do art. 85, §§ 2º e 8º, 86 do Código de Processo Civil/2015, sob o argumento de que a verba honorária merece reforma ante o provimento total de seus pedidos e pelo fato da quantia arbitrada de R\$ 100,00 (cem reais) ser ínfima.

Foram apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 248/256).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

A decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

O Tribunal de origem, ao sopesar os fatos e provas dos autos, consignou o provimento parcial dos pedidos do ora agravante e manteve os honorários de sucumbência em R\$ 100,00 (cem reais). Veja-se (e-STJ, fls. 167/168):

Desta forma, resta claro que houve o pedido para complementação do valor da indenização por entender o autor que o seu grau de incapacidade era superior ao indicado pela seguradora. E de acordo com a petição de fls. 118/122 o autor desistiu da realização da perícia.

Assim, era de rigor o reconhecimento da parcial procedência do pedido, pois provido apenas o pedido referente à correção monetária, e por consequência, a reciprocidade da sucumbência, conforme previsão expressa do Código de Processo Civil:

"Art. 86 - Se cada litigante for, em parte, vencedor e vencido, serão proporcionalmente distribuídas entre eles as despesas".

Com relação à verba honorária fixada, dada a simplicidade da causa aliada ao pedido de desistência da perícia que já se encontrava marcada, restando apenas a análise da correção monetária incidente no valor de R\$ 337,50, pago como indenização decorrente de um acidente datado de 20/02/2017, vê-se que o valor arbitrado está em consonância com os ditames legais e as peculiaridades do caso concreto.

(...)

Dessa forma, com base nos critérios equitativos, bem como o valor da condenação, a verba honorária fixada em sentença deve ser mantida.

Assim, a reforma do acórdão recorrido, no que tange à existência de sucumbência recíproca, exigiria nova análise de aspectos fáticos da causa, providência vedada em recurso especial a teor da Súmula 7 do STJ. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. DOCUMENTOS. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. EXAME DA EXTENSÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. (...)

2. "Em relação aos honorários advocatícios, impossível examinar, no caso, se houve, ou não, sucumbência recíproca, bem como determinar sua eventual extensão, porquanto tal investigação demandaria revolvimento de matéria de fato, o que encontra vedação na Súmula 7/STJ" (AgInt no AREsp 543.730/RJ, Relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 4/4/2019).

3. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1778808/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 6.6.2019, DJe 18.6.2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. COBRANÇA DA TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC)

Superior Tribunal de Justiça

E DA TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÊ (TEC).

(...)

5. A revisão do quantitativo em que autor e réu decaíram do pedido para fins de aferição de sucumbência recíproca ou mínima implica o reexame de matéria fático-probatório, incidindo a Súmula nº 7/STJ.

6. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1479743/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24.10.2017, DJe 6.11.2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREJUDICIALIDADE EXTERNA. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. EXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

(...)

3. A jurisprudência desta Corte Superior é assente em afirmar que se afigura inviável a reavaliação da distribuição da sucumbência para efeito de aplicar a regra prevista no art. 21 do CPC/1973, e, bem assim, para rever o valor arbitrado a título de honorários advocatícios na forma prevista pelo art. 20, § 4º, do mesmo diploma legal, à vista da necessidade de se ponderar sobre os critérios de valoração previstos na lei processual (art. 20, § 3º, alíneas "a", "b" e "c", do CPC/1973), intimamente ligados a circunstâncias fáticas da causa.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 509.602/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 1.6.2017, DJe 6.6.2017)

Ademais, destaco que não é permitida, na via do recurso especial, a revisão dos critérios adotados para fixação dos honorários advocatícios de forma equitativa, salvo nas hipóteses excepcionais de valor manifestamente irrisório ou excessivo, o que não se verifica no presente o caso, considerando o proveito econômico obtido.

Nesse sentido, transcrevo:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA EM AÇÃO COLETIVA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MODIFICAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ.

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não há, no aresto hostilizado, elementos que demonstrem qualquer violação daquilo que prevê a Lei Adjetiva Civil no tocante à fixação da verba honorária.

2. O reexame dos critérios fáticos, sopesados de forma equitativa e levados em consideração pelas instâncias ordinárias para fixar os honorários advocatícios, em princípio, é inviável em sede de recurso especial (enunciado sumular n. 7 do STJ), salvo em situações em que o valor arbitrado, a considerar as peculiaridades do caso, encerre flagrante irrisoriedade ou exorbitância, o que não se evidencia no caso concreto.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.345.247/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 2.4.2019, DJe 23.5.2019)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo e os benefícios da gratuidade de justiça concedida.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora